



#### ST 4: EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### A CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL CULTURAL NA APRENDIZAGEM DAS CLASSES POPULARES

### THE CONTRIBUTION OF CULTURAL CAPITAL TO LEARNING POPULAR CLASSES

Danieli de Oliveira BIOLCHI<sup>1</sup>, Airton Adelar MUELLER<sup>2</sup>, Maria Margarete Baccin BRIZOLLA<sup>3</sup>

**Resumo:** O propósito deste estudo foi analisar as contribuições que o capital cultural exerce no aprendizado das classes populares. Destacamos como os capitais culturais contribuíram de forma negativa no processo de aprendizagem de escolas localizadas em periferias. O estudo baseou-se no diagnóstico empírico do capital cultural das classes populares, e na análise documental qualitativa de uma Escola Pública localizada na periferia do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Deste modo, a bagagem familiar, bem como as heranças culturais, aqui empregada como capital cultural são responsáveis pelo sucesso ou fracasso no aprendizado das classes populares, uma vez que, essas classes enfrentam problemas estruturais e sociais que vão muito além do capital cultural incorporado. Acreditamos que o estudo contribuirá para uma nova apreciação sobre as dificuldades e desafios que os alunos menos favorecidos enfrentam para atingir o aprendizado.

**Palavras-Chave:** Educação. Boudier. Vulnerabilidade Social. Ralé Brasileira

**Abstract:** The purpose of this study was to analyze the contributions that cultural capital plays in the learning of the popular classes. We highlight how cultural capital contributed negatively to the learning process of schools located on the outskirts. The study was based on the empirical diagnosis of the cultural capital of the popular classes, and on the qualitative documentary analysis of a Public School located on the outskirts of the interior of the State of Rio Grande do Sul. Thus, family background, as well as cultural inheritances here employed as cultural capital, they are responsible for the success or failure in the learning of the popular classes, since these classes face structural and social problems that go far beyond the incorporated cultural capital. We believe that the study will contribute to a new appreciation of the difficulties and challenges that less favored students face to achieve learning.

**Keywords:** Education. Boudier. Social vulnerability. Brazilian Rally

<sup>1</sup> Graduada em História, aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI, bolsista CAPES; [danieli.biolchi@sou.unijui.edu.br](mailto:danieli.biolchi@sou.unijui.edu.br)

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional - Mestrado, Orientador; [airton.mueller@unijui.edu.br](mailto:airton.mueller@unijui.edu.br)

<sup>3</sup> Professora do PPGDR, PPGSAS e do Curso de Ciências Contábeis da UNIJUI; Doutora em Ciências Contábeis e Administração; [marga.brizolla@unijui.edu.br](mailto:marga.brizolla@unijui.edu.br)



OBSERVADR





## INTRODUÇÃO

Para além das questões relacionadas à Educação. Este estudo investiga e analisa quais são as contribuições que o capital cultural exerce no aprendizado das classes populares. Como o capital cultural e as questões culturais contribuem de forma negativa no processo de aprendizagem das escolas públicas localizadas em periferias? Para tentar comprovar essa temática o estudo baseia-se primeiramente em uma análise empírica do estudo de Bourdier sobre os capitais, em especial, o capital cultural. Analisaremos principalmente a obra: **The forms of capital**, que aborda suas considerações sobre o mesmo, entre outras obras do referido autor. Em segundo momento, ponderaremos as ideias de Jesse Souza, em seu estudo sobre a Ralé Brasileira. Para tentarmos evidenciar nossas considerações, trabalharemos com o uso da pesquisa documental qualitativa de uma Escola situada no interior do Estado do Rio Grande do sul.

Nossa apreciação principal baseia-se no fato de que o aluno que tem melhores condições sociais e econômicas, por sua vez, tem mais oportunidades de incorporar os capitais que Bourdieu (1986) defende. Enquanto que com outros estudantes, onde as condições sociais são antagônicas, esse aprendizado não ocorre da mesma forma. Essa incorporação demora a acontecer pelas diferentes realidades nas quais estão inseridos. Avaliamos ainda, a importância que as heranças familiares têm para a incorporação desta educação escolar. Entretanto, não podemos deixar de referir sobre as heranças culturais que a população da classe popular sofre durante sua vida. Esses legados estão relacionados ao que Jessé Souza (2009) chamaria de “ralé brasileira”. Sendo uma classe da sociedade esquecida e abandonada por diversos motivos que vão além das questões culturais. Por conseguinte, é muito importante teorizar sobre esse tema tão relevante, sendo necessário investir nos estudos sobre as desigualdades entre os desiguais, ampliando as possibilidades dos mais vulneráveis superarem os condicionamentos históricos que os fizeram vulneráveis (SANTOS, 2019). Tentaremos fornecer uma análise que aborde a falta de equidade que infelizmente existe na educação brasileira.

## BOURDIER E O CAPITAL CULTURAL

Segundo Bourdieu, o mundo social é a História acumulada, ou seja, a narrativa que cada um de nós carrega está ligada aos nossos antepassados e relacionada às nossas ações cotidianas. Para elucidar sobre a história acumulada, o autor fala que é necessário explicar a teoria do capital, pois ela: “é o trabalho acumulado na sua forma materializada ou “incorporada” que, quando apropriado de forma privada, ou seja, exclusiva, por agentes ou grupos de agentes, permite que eles se apropriem da energia social na sociedade” (BOURDIEU. 1986. p.241). Sendo assim, nossas ações estão vinculadas ao acúmulo ou não de capital, e isso muitas vezes determinará o nosso sucesso ou fracasso. Já que o capital leva tempo para acumular e produzir lucros, em outras palavras, nosso capital pode expandir-se ou não, vai depender das condições nas quais estamos inseridos. Como referia Bourdieu: “conjunto de restrições, inscritas na própria realidade daquele mundo, que governam seu funcionamento de maneira duradoura, determinando as chances de sucesso das práticas”. (1986 p.241).

Bourdier apresenta o capital em três formas fundamentais. A primeira seria o capital social: “composto de obrigações sociais (“conexões”), que são conversíveis, em certas condições, em capital econômico e podem ser institucionalizadas na forma de um título de nobreza, composto



OBSERVADR





de obrigações sociais.” (1986. p.243). Esse capital está vinculado às redes, às conexões, e às trocas que os indivíduos podem fazer durante sua vida, ligando-o às pessoas que podemos conhecer, e que podem nos ajudar a obter algum tipo de sucesso. Uma vez que, estas estão conectadas às nossas redes e às relações sociais estabelecidas na família, clube, escola, etc. (BOURDIEU, 1986). O segundo capital é o capital econômico: “que é imediato, conversível diretamente em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade”. (BOURDIEU, 1986. p.243). Esse capital liga-se às finanças, às compras, às vendas, e a tudo que se relaciona ao dinheiro. O capital anterior pode determinar o sucesso do próximo capital, que é chamado de capital cultural: “é convertível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais”. (1986. p.243). Logo, esse capital vincula-se às questões educacionais, ao conhecimento e, também, ao capital econômico, que pode ser conversível em dinheiro. Consequentemente, quando temos acesso a um estudo de melhor qualidade, conseguimos ascender a profissões melhores e mais bem remuneradas.

Nosso estudo abordará os três capitais, porém, vamos analisar principalmente o capital cultural, já que é ele que pode determinar o acesso das pessoas a uma vida com mais equidade. Para continuarmos falando de capital cultural, precisamos entender o que significa o termo cultura: “Conjunto de valores, crenças e sentimentos acompanhados de artefatos de sua expressão e transmissão (ritos, mitos, símbolos) que são criados, herdados e compartilhados em grupos de pessoas”. (WEICK 2004, p.364). Então, cultura está intimamente ligada à nossa carga de emoções, sentimentos, valores e crenças. Sendo assim, todos nós temos um passado cultural que nos acompanha e nos norteia. Esse passado vem acompanhado de várias aprendizagens que são herdadas de nossos antepassados, sendo que essas aprendizagens muitas vezes podem determinar o nosso futuro. Bourdieu (1998) elucida que o capital cultural se dá partindo da necessidade de compreender as desigualdades do desempenho escolar das crianças provindas de vários grupos sociais, aborda que só o fator econômico não é fundamental para explicar as desigualdades sociais. Para defender suas ideias, ele dividiu o capital cultural em três formas: no estado corporificado, no estado objetivado e no estado institucionalizado. Assim sendo, Bourdieu afirma:

(...) no estado corporificado, isto é, na forma de disposições duradouras da mente e do corpo; no estado objetivo, na forma de bens culturais (figuras, livros, dicionários, instrumentos, máquinas etc.), que são o traço ou a realização de teorias ou críticas a essas teorias, problemáticas, etc .; e no estado institucionalizado, uma forma de objetivação que deve ser separada porque, como será visto no caso das qualificações educacionais, confere propriedades inteiramente originais ao capital cultural que se presume garantir. (p. 243, 1986)

O capital corporificado está ligado às disposições duradouras, tendo como elementos característicos os gostos, o conhecimento escolar e a língua culta. Esse capital é acumulado, e leva tempo para se constituir, uma vez que, ele se dá partindo da corporificação e incorporação. A explicação para que esse capital retarde a ser observado, está ligada à nossa demora em aprender e incorporar o aprendizado. Desta forma, para realizarmos essa incorporação precisamos estar dispostos a aprender, sendo esta, uma tarefa individual, difícil e demorada. Conforme Bourdieu: “O trabalho de aquisição é o trabalho em si mesmo (auto aperfeiçoamento), um esforço que pressupõe um custo pessoal (na paie de sa personne, como dizemos em francês)”. (p. 244, 1986). Entretanto, o autor defende que essa corporificação está intimamente



OBSERVADR





ligada ao tempo que cada um de nós destina a aprender, ou seja, à escolaridade que cada indivíduo adquiriu. Portanto, se uma pessoa tem alto grau de escolaridade terá, assim, alto nível de incorporação, enquanto que outras, com baixa escolaridade, terão um baixo nível de incorporação. (BOURDIEU, 1986). Nesse ponto, podemos observar a importância que as heranças culturais fornecem para aquisição e assimilação dos aprendizados. Poderíamos exemplificar esse fato, pensando nas nossas heranças familiares. Sendo assim, se nossos pais não tiverem incorporado e personificado a importância do aprendizado escolar em suas vidas, nós provavelmente não iremos adquirir esse aprendizado de forma incorporada. A explicação de Bourdieu parte da: “antiga e profunda distinção que os juristas gregos fizeram entre propriedades herdadas (ta patroa) e propriedades adquiridas (epikteta), ou seja, aquelas que um indivíduo acrescenta à sua herança”. (p.245, 1986).

Destarte a isso, iremos abordar o capital cultural objetivo ou, como também pode ser chamado, objetivado. Este se manifesta na forma de bens culturais como esculturas, pinturas, livros, etc. Podemos identificar que esse capital, está ligado ao econômico, já mencionado anteriormente, tendo forte ligação para incorporação do aprendizado. A explicação é simples: para que os indivíduos consigam comprar livros, frequentar museus, irem a cinemas, espetáculos artísticos e culturais, na maioria das vezes precisariam de dinheiro, ou seja, de capital econômico. Logo, uma pessoa com pouco capital econômico tenderia a ter menos capital cultural, como afirma Bourdieu:

(...) Em outras palavras, a participação nos lucros que o capital cultural escasso assegura nas sociedades divididas em classes baseia-se, em última análise, no fato de que todos os agentes não têm os meios econômicos e culturais para prolongar a educação de seus filhos além do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho menos valorizada em um dado momento. (p.245, 1986)

Como vimos o capital objetivado liga-se á compra de bens concretos. Entretanto, para que essa ambição se manifeste, os indivíduos precisam já ter adquirido o capital incorporado, ou seja, se nós não tivermos desenvolvido o hábito da leitura, da escrita, da interpretação ou mesmo da curiosidade, de nada adiantaria termos o capital econômico para adquirir esses bens. E como verificamos na citação acima, grande parte das famílias de classes populares não conseguem incorporar esse aprendizado, pois além de não ter o hábito de estudar, muitos não conseguem prolongar os estudos dos filhos, uma vez que essas crianças precisam trabalhar para ajudar no sustento das famílias. Então como esperar que incorporassem esse capital?

Já o capital cultural institucionalizado está vinculado aos títulos escolares, ao grau de conhecimento, tendo ligação à incorporação do capital. Deste modo, para se obter qualquer título, o conhecimento já deve ter sido adquirido e instituído. Segundo Bourdieu, a incorporação faz parte da pessoa, pois para adquiri-la ela precisa de tempo, esforço e muito estudo, ou como ele diz: “auto-ato”, popularmente seria o conhecimento que ninguém tira e que é instituído pelo indivíduo. Diferente do chamado capital cultural do cortesão, que: “pode produzir apenas lucros mal definidos, de valor flutuante, no mercado das trocas da alta sociedade e o capital cultural sancionado academicamente por qualificações garantidas por lei, formalmente independentes da pessoa de seu portador”. (BOURDIER, p.248, 1986). Nos capitais sugeridos anteriormente, o aprendizado não se dá a partir da incorporação, mas sim, partindo muito mais do capital



OBSERVADR





econômico e não do esforço individual do conhecimento.

Dentro da abordagem desse capital, a institucionalização do conhecimento, o nível de escolaridade e a sua incorporação podem qualificar a ascensão do capital institucionalizado em capital econômico, visto que pessoas com maiores qualificações acadêmicas terão mais chances de ascender a melhores profissões, conseqüentemente, melhor remuneradas do que outras que tenham apenas o Ensino Fundamental (Bourdier, 1986).

## QUEM É A RALÉ BRASILEIRA?

O Brasil possui grande diversidade de classes sociais, classes estas que dividem a sociedade em ricos e pobres. Ou como também poderíamos chamar, divide entre os privilegiados e os não privilegiados socialmente. Essa divisão está relacionada aos: “capitais impessoais” que constituem toda hierarquia social e permitem a reprodução da sociedade moderna, o capital cultural e o capital econômico, são também diferencialmente apropriados” (SOUZA, p.21. 2009). Verificamos que os capitais citados anteriormente por Bourdieu continuam sendo empregados para explicar essa divisão de classes. O capital cultural, por se tratar de um capital que usufrui dos conhecimentos escolares, é muito importante para tentarmos realizar a distinção das classes sociais, uma vez que este pode se transformar em capital econômico. Desta forma, a “classe média” está vinculada ao capital cultural que já se transformou em econômico, enquanto que as “classes altas” são vinculadas em grande parte pela herança sanguínea de capital econômico, todavia, somando-se ao capital cultural. (SOUZA, p.21. 2009). E as classes mais pobres, menos providas de capital cultural e econômico, como são chamadas? Segundo Jessé Souza, essas classes são designadas de:

“ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. (SOUZA, p.21. 2009)

Então a classe “baixa” é a “ralé”, a classe popular, ou seja, a esquecida pelos nossos governantes e pela sociedade de uma forma geral. Dela faz parte a sociedade menos escolarizada e favorecida, que vive nas periferias das grandes, média e pequenas cidades do Brasil. A “ralé brasileira” é, em grande parte, desprovida de capital cultural e, como já verificamos anteriormente, esse capital é responsável pelo conhecimento, pelas aprendizagens que ocorrem durante nossa vida e que podem determinar o nosso sucesso profissional. Essa classe social ainda é julgada pela sua aparência física, cor, formato do rosto, tipo de roupa que usa e por suas condutas. (BOURDIEU, p. 193. 1998). Ficando nítido que sofre com a falta de equidade, de respeito e ainda é vista pejorativamente pela sua cor, demonstrando que o racismo está impregnado nesta sociedade. Para continuarmos teorizando sobre as classes sociais, em especial a classificada como “ralé”, é preciso entender o que significa esse termo. Segundo Gadotti:

Classes sociais são grupos humanos que se diferenciam entre si pela posição que ocupam num determinado modo de produção e pelo seu papel na apropriação da riqueza (...). Cada um pertence a uma classe social de acordo com a parte que lhe cabe na divisão da riqueza que uma sociedade produz. Por ocuparem posições diferentes em determinado regime econômico, algumas classes podem apropriar-se do trabalho das



OBSERVADR





outras. Os conflitos de interesses entre as classes conduzem inevitavelmente à luta entre exploradores e explorados. É a luta de classes (GADOTTI, 1991, p. 75-76).

Sendo assim, as classes sociais menos protegidas são as que mais sofrem nesta disputa dos grupos sociais, uma vez que a “ralé” é a classe explorada pelas classes dominantes, que usufruem do seu trabalho para ascender a novas posições sociais. Para exemplificarmos isso, podemos pensar nas empregadas domésticas ou babás, que cuidam da casa, dos filhos, limpam, organizam e fazem o serviço pesado. De tal modo, seus patrões dispõem de mais tempo para estudar e trabalhar, transformando-se em capital econômico e, logo, cultural. O contrário ocorrerá com a empregada que terá menos tempo para estudar, e conseqüentemente de oferecer um estudo mais qualificado para seus filhos. Neste contexto, podemos identificar que as capacidades e habilidades são transmitidas de pai para filhos, identificando o sucesso de uns em detrimento de outros. Infelizmente, a “ralé brasileira”, por não ter o mesmo acesso às características emocionais e cognitivas das classes mais abastadas, sofrerão para obter o sucesso escolar e, por conseguinte, no mercado de trabalho. O que muitos chamam de “mérito individual” para explicar o sucesso das classes mais elevadas, nada mais é que as habilidades transmitidas de pais para filhos. Habilidades estas, pouco empregadas nas classes populares, ou seja, na “ralé“. E é neste contexto, muitas vezes ignorante e ingênuo, que se mantêm os debates públicos sobre a forma de combater essas desigualdades, esquecendo-se de aferir como essa “ralé” conseguirá atender as mesmas demandas para reportar-se em um mercado de trabalho cada dia mais competitivo. (SOUZA, p. 23-24. 2009).

## **A APRENDIZAGEM DAS CLASSES POPULARES**

Para tentarmos defender a nossa teoria sobre as contribuições do capital cultural no aprendizado das classes populares ou, como também podemos chamar “ralé brasileira”, vamos verificar os dados do Projeto Político Pedagógico-PPP, de uma Escola de periferia da cidade de Ijuí, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme esse documento verificou-se que a Escola abriga um número grande de alunos vindos de vários bairros da cidade; contudo, todos ficam localizados nas periferias e por esse motivo essas comunidades “são consideradas menos favorecidas economicamente e principalmente em aspectos culturais, sendo assim, em crescente risco de exclusão social”. (ESTADUAL-PPP, p.6. 2019). Portanto, as crianças e adolescentes que frequentam a Escola são oriundas do que Jessé Souza (2009) chama da “ralé brasileira”, ou seja, pessoas pobres que vivem à margem da sociedade e que, por esse motivo, teriam menores chances de ascender na sociedade e desenvolver o que Bourdieu (1986) chama de capital cultural que, por sua vez, transforma-se em capital econômico. Segundo o PPP, as famílias dos alunos, têm como fonte de renda basicamente: “a aposentadoria dos mais velhos, programas assistenciais dos governos (bolsa-escola), trabalhos informais e biscates (sem direitos garantidos pela CLT)” (ESTADUAL-PPP, p.6-8. 2019). O que demonstra que grande parte das famílias vive dos Programas assistências do governo e de trabalhos informais, e que a maioria não tem um emprego fixo.

Em nossas análises também verificamos que pelo de muitas mães trabalharem de empregada doméstica ou como faxineiras, os filhos maiores cuidam dos menores, e por esse motivo não conseguem frequentar a escola todos os dias. Existem ainda problemas relacionados à desestrutura familiar, já que muitos alunos moram com os avós, tios, em lares ou os pais são



OBSERVADR





separados. Além disso, muitas famílias têm envolvimento com o tráfico de drogas ou com o alcoolismo. Grande parte dos alunos da Escola é de etnia indígena ou negra, entretanto, muitos não se reconhecem. (ESTADUAL-PPP, P.6-7. 2019). Demonstrando que os problemas relacionados ao racismo e ao preconceito são latentes, principalmente em comunidades pobres. Conforme afirma Souza: “Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa” (2017, p. 9). Logo, os problemas do racismo estão relacionados ao nosso passado histórico devastador não resolvido e jogado em baixo do tapete. A escravidão deixou marcas profundas e cruéis na sociedade, hoje verificadas principalmente nas comunidades mais pobres e onde a tão sonhada equidade não ocorre.

Do ponto de vista cultural da comunidade escolar, percebem-se poucas manifestações que identifique locais ou grupos culturais. Havendo escassos ambientes para expressar-se, uma vez que os bairros não oferecem espaços comuns de debates, esporte e lazer. Sendo assim, os locais onde as crianças e adolescentes convivem são as igrejas e as praças dos bairros, contudo, estas não oferecem momentos culturais. Portanto, a Escola é o principal espaço de debates de temas relacionados à cultura. (ESTADUAL-PPP, p.6-8. 2019). O que comprova que o educandário como espaço de proteção deve atuar a partir de uma dinâmica distributiva de saberes, culturas, conhecimentos e competências, transformando a máxima liberal da igualdade de oportunidades e meritocracia, sob uma perspectiva liberal igualitária (BRITO FILHO, 2014). Deste modo, é necessário investir nos desiguais, nos menos favorecidos, nas pessoas que estão à margem da sociedade, uma vez que, assim, ofereceremos oportunidade às classes populares de superar os condicionantes Históricos que os fizeram vulneráveis. E é neste sentido que a Escola pode ser um local de transformação das realidades, sendo ela a responsável por ser um dos mais importantes centros de difusão da cultura humana (SANTOS, p.4. 2019). A seguir, abordaremos alguns gráficos de uma pesquisa realizada para reformular o PPP no ano de 2019. O que nos dará uma visão geral da realidade da comunidade em que a escola está inserida. O primeiro gráfico abordará o grau de escolaridades dos pais dos alunos, (gráfico 1):

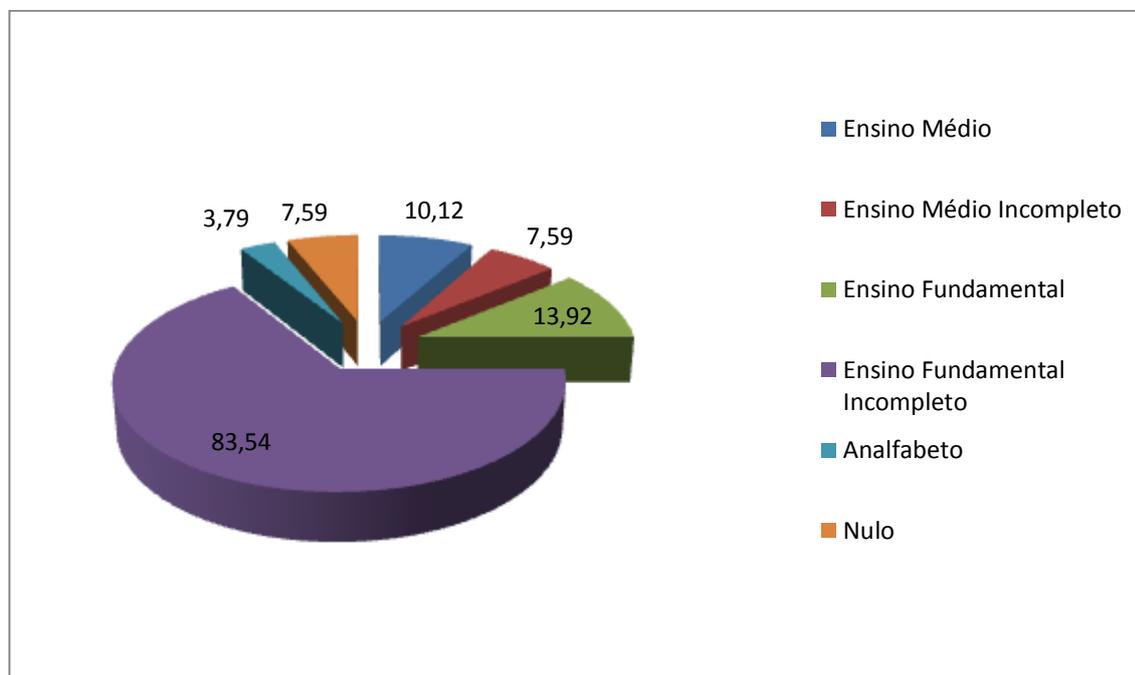


OBSERVADR





Gráfico 1



Fonte: ESTADUAL-PPP, p.10. 2019

A maioria dos entrevistados respondeu que possui ensino fundamental incompleto, entretanto, sem especificar em que ano parou os estudos. Apenas uma parcela pequena possui Ensino Fundamental e Médio completos. Contudo, o que nos chamou atenção foi o número-mesmo que pequeno, mas significativo-de analfabetos. Demonstrando um contingente ainda expressivo se pensarmos que estamos em pleno século XXI. Isso evidencia a falta de incentivo governamental para concluir as fases básicas da educação, o que conseqüentemente, traria melhores qualificações profissionais. Observamos que muitos pararam de estudar para conseguir ajudar a família no aumento da renda, não retornando aos estudos, pois na época não havia obrigatoriedade em estar na escola até uma idade mínima (ESTADUAL-PP. p.10. 2019). Como então esperar que essas famílias acompanhem minimamente seus filhos, se muitos são analfabetos e outros têm pouco capital cultural incorporado (Bourdieu, 1986)? Para explicarmos essas questões, poder-se-ia considerar a teorização do habitus de Bourdieu, que explica:

O habitus adquirido na família (está) no princípio da recepção e assimilação da mensagem escolar, e (...) o habitus adquirido na escola (está) no princípio da recepção e do grau de assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural e mais geralmente de toda mensagem erudita ou semierudita. (BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. 1975. p.54).

O habitus se aplica às relações que as famílias estabelecem com a Escola e com a sociedade de



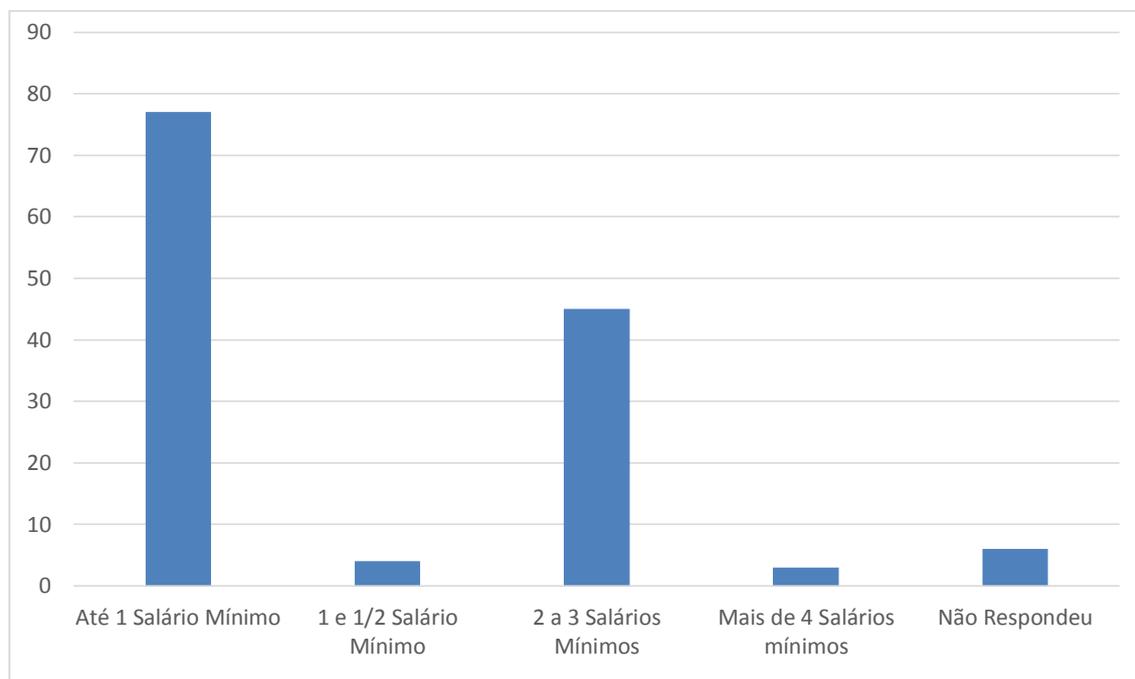
OBSERVADR





uma forma geral, a importância que as mesmas dão para a assimilação do conhecimento. Para explicarmos essa afirmação, poderíamos pensar no exemplo de uma família onde os pais não terminaram seus estudos no tempo correto, devido a sua condição social, familiar ou financeira. Sendo assim, existe uma probabilidade alta de que seus filhos sigam o mesmo caminho. A explicação a isso está relacionada a não incorporação do capital cultural. Deste modo, esse raciocínio indica que os grupos sociais, a partir dos exemplos de sucesso e fracasso no sistema escolar vivido por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a se adequar, inconscientemente, de seus investimentos a essas chances (NOGUEIRA, p. 23. 2002). Na sequência iremos mostrar um gráfico que atenta às rendas das famílias, (gráfico 2):

Gráfico 2



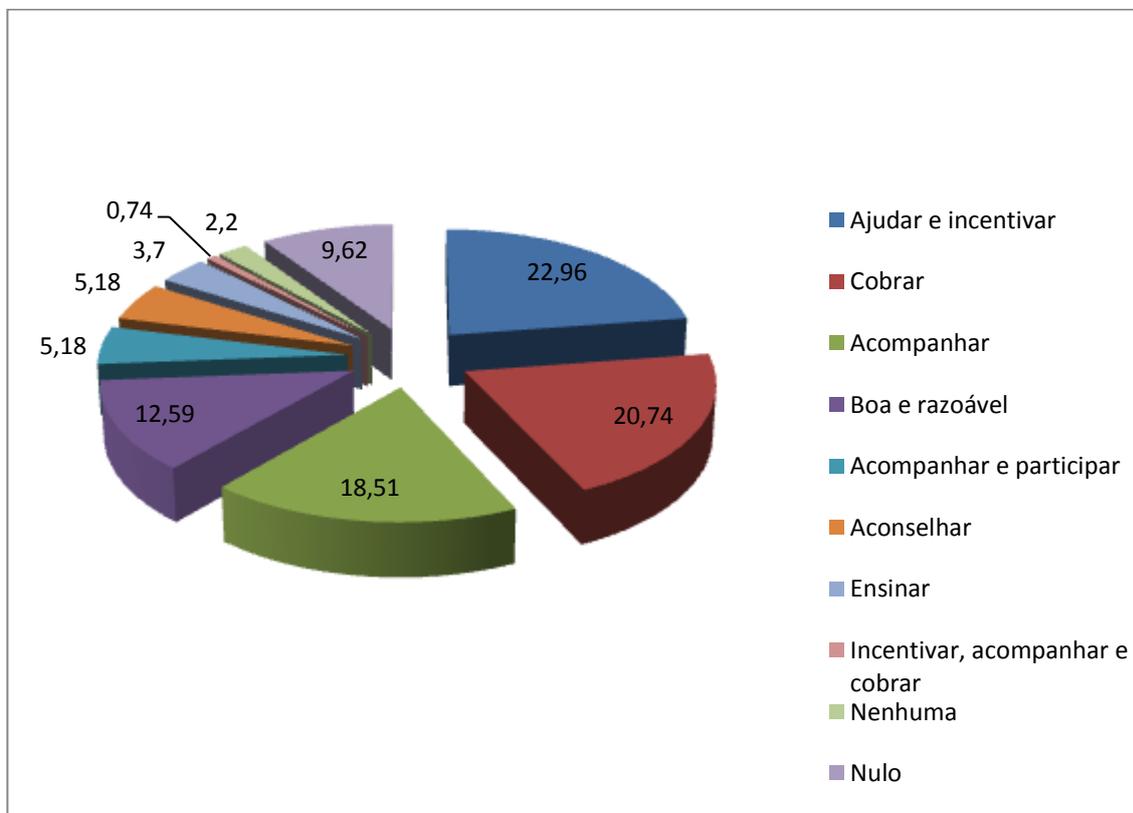
Fonte: ESTADUAL-PPP, p.9. 2019

Conforme o gráfico, a maioria das famílias da comunidade escolar vive com até um salário mínimo. Fazendo o cruzamento dos dados, nas famílias que ganham um salário mínimo e meio residem de cinco a oito pessoas; e nas famílias que ganham mais de quatro salários, residem de duas até quatro pessoas (ESTADUAL-PPP, p. 9-10. 2019). Assim, as afirmações de Bourdieu (1986) de que Capital Cultural transforma-se, em Capital Econômico, se aplicar-se-iam a essas famílias, uma vez que teriam menos capital incorporado, bem como tenderiam a ter menos capital econômico, salários menores. Essa elucidação dos baixos salários se dá partindo do baixo grau de escolaridade. O último gráfico que iremos abordar aplica-se ao grau de responsabilidade



das famílias nos estudos dos seus filhos, (gráfico 3):

Gráfico 3



Fonte: ESTADUAL-PPP, p11. 2019

Esse gráfico expõe uma relação restrita do envolvimento dos pais com o aprendizado escolar. Quando verificamos as perguntas que tratam do auxílio aos seus filhos nos estudos e tarefas escolares, constatamos que a maioria faz isso. Porém, quando a pergunta referiu-se ao apoio pedagógico, a preocupação girou em torno apenas das tarefas e dos temas de casa. O que demonstra que não é habitual o estudo em casa e o acompanhamento efetivo das famílias na vida escolar destes estudantes. Ficando evidente a relação entre os três gráficos, apontando a falta de escolaridade, os baixos salários e as relações com os estudos (ESTADUAL-PPP, p.11. 2019). A baixa escolaridade das famílias está fortemente ligada ao rendimento escolar, destacamos que esse insucesso não está relacionado à Escola. Como refere Bourdieu: "... O que a comunicação pedagógica consegue produzir é função da competência cultural que o receptor deve à sua educação familiar." (P. 1977. p.493). Portanto, não adianta apenas a Escola investir para o sucesso de seus alunos. Sem ajuda das famílias, pouco a Escola consegue realizar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este artigo contribuirá para uma nova análise sobre as relações que o capital cultural tem na aprendizagem das classes populares. Uma vez que, as relações estabelecidas entre as heranças culturais são capazes de empreender padrões cognitivos e formativos que colaboraram na transformação do destino de uma sociedade (SANTOS. P. 11 2019). Cabe observar que, do ponto de vista de Bourdieu (1986), o capital cultural constitui, sobretudo, na sua forma incorporada. Assim, a bagagem familiar é responsável por ter maior impacto no destino escolar. Entretanto, percebemos que o fator econômico tem um peso menor quando comparamos ao cultural, na explicação das desigualdades escolares. Sendo assim, o capital cultural favorece o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos e indicadores escolares. As referências culturais, os conhecimentos incorporados (aprendidos), o domínio maior ou menor da língua, trazido de casa por algumas crianças, facilitam o aprendizado, realizando um elo entre a família e a cultura escolar. Este é caso, de crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, onde a educação escolar é uma continuidade familiar. Contudo, as crianças de realidades adversas, menos favorecidas ou das classes populares, não têm os mesmos códigos familiares, e o efeito das referências é o inverso. Podendo muitas vezes tornar-se “ameaçador e estranho” à aprendizagem, uma vez que eles não têm o mesmo estímulo familiar para aprender (NOGUEIRA, p. 21. 2002). Observa Bourdieu:

Na verdade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 1998, p. 42)

No entanto, como esperar que as famílias das classes populares desenvolvam esse capital cultural, se muitas não têm o que comer e passam por necessidades básicas? O Ethos ao qual nos referimos contribuem negativamente na aprendizagem do que Jessé Souza (2009) chamaria de “ralé”, e o que nós evocamos como classes populares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: “regula a oferta do direito à educação como dever do Estado, e aborda a escola como espaço de formação de cidadania.” (LDB, Lei no 9394/96). O que nos remete a outra discussão, sobre a legalidade de nossas leis e determinações federais que por vezes não são cumpridas à risca. Deixando uma falha na igualdade de direitos da aprendizagem, com equidade a todos.

**Agradecimentos:** Agradeço aos Professores Airton Muller e Maria Margarete Baccin Brizolla pelas importantes contribuições durante as disciplinas ministradas; ao Professor Daniel Knebel Baggio, pelo apoio e incentivo para dar início ao Mestrado; a minha família que sempre me incentivou a estudar e concretizar os meus sonhos; e ao apoio da Capes por meio da Bolsa Prosc.

## REFERÊNCIAS DE LITERATURA

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer 0/2010 que trata de estabelecer normas para a aplicação do inciso IX do artigo 4o da Lei 9394/96 (LDB)**, que trata dos padrões mínimos de qualidade do ensino para a educação básica públicas; aprovado em 5/5/2010, relator: Mozart Neves Ramos. Brasília, DF: CNE, 2010.



OBSERVADR





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Ações afirmativas**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014.

BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre et al. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. **The forms of capital**, p. 241-258, 1986.

CATANI, Afrânio (Orgs.) Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 65-69 (3. ed., 2001).

ESTADUAL. Governo, Rio Grande do Sul. **Projeto Político-Pedagógico- PPP**. Ijuí. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1991.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, v. 23, n. 78, p. 15-35, 2002.

SANTOS, Émina. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira**. Educação e Pesquisa, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

SOUZA, Jessé et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

WEICK, Karl E.; WESTLEY, Frances. **Aprendizagem organizacional: confirmando um oxímoro**. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, v. 3, p. 361-388, 2004.



OBSERVADR

